

## Relatório Guató

CEDIN - MS/CTI  
Fev. 1991

Este relatório é o produto de uma expedição inter-institucional que do dia 21/01/91 ao 04/02/91, percorreu parte do território Guató (ilha Insua e Caracará). Fizeram parte do grupo funcionário da FUNAI (ADR Campo Grande), Do CEDIN-MS, do CTI e do CIMI. A iniciativa da expedição partiu do líder Guató Severo Ferreira, que ciceroneou o grupo.

## ÍNDICE

### I – O TERRITÓRIO GUATÓ

- 1 ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL
- 2 UM POUCO DE HISTÓRIA

### II – A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ILHA INSUA

- 1 A HISTÓRIA DE SUA COLONIZAÇÃO
- 2.A FAZENDA BELA VISTA

### III – ASPECTOS DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA NA REGIÃO LACUSTRE GUAÍBA/UBERABA

### IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1 ALTERNATIVAS PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS  
DOS GUATÓ: RECOMENDAÇÕES

### V – ANEXOS

1. GENEALOGIAS
- 2 MAPAS
- 3 DOCUMENTOS
- 4 FOTOS

## I – O TERRITÓRIO GUATO

### 1 – ESPAÇO E ORGANIZAÇÃO

“No que concerne ao domicílio dos Guató, hoje como outrora, ocuparam sempre a grande região lacustre da Guaíba e Uberaba”.  
(Schmidt, 1942:138)

Azara (1781-1809) descreveu suas habitações na lagoa Guaíba; Castelnau (em 1846) os encontrou na “ilha grande e rasa que fica diante da foz” da lagoa Guaíba no rio Paraguai. A partir de 1901, o etnógrafo Max Schmidt conviveria por longo período com os Guató naqueles mesmos locais: nas lagoas Guaíba e Uberaba e no canal ( rio Pedro II) que liga as duas lagoas e que recorta, junto com o rio Paraguai, a “ilha grande e rasa” mencionada por Schmidt (a Insua). Contou 46 índios nesta ilha.

Em 1984, Júlio Koslowsky permaneceu três semanas com os Guató do alto do Paraguai (entre a ilha Insua e o rio Alegre ). Recenseou 29 índios Guató nesta região .Schmidt encontrou ainda algumas famílias no morro Caracará, localizado na foz do rio São Lourenço. Teve notícias também de outras famílias que habitavam neste mesmo rio São Lourenço, entre o Caracará e o porto São José (Schmidt, 1942;103/104).

As (poucas) informações sobre os Guató produzidas depois de Schmidt, sejam por historiadores locais (Corrêa Filho, 1922), naturalista (Pryjensky, 1930/50), lingüista (Palácio, 1977), ou funcionários da FUNAI (Cruvinel, 1978 e Cardoso, 1984) encontraram os Guató nos mesmos lugares citados. Desde. Azara, Portanto, a continuidade de ocupação de espaço é evidente, contrariando as especulações em torno de seu “nomadismo” que – como veremos – é produto das relações de contato.

“Um Guató, que vinha da colina Caracará e se achava em visita ao povoado do lago Uberaba, forneceu-me uma imagem mais exata da forma de governo da povoação Guató. Assim, segundo ele, a comunidade divide-se em três círculos de habitantes chefiados cada um por um cacique,. O primeiro abrange a gente das margens do alto Paraguai; o segundo os habitantes dos lagos Guaíba e Uberaba e da Colina Caracará e o terceiro os baixo rio São Lourenço”.  
(schmidt, idem 263 – vide mapa 1).

Aparentemente, este recorte da sociedade Guató em três grupos locais é coerente com estrutura da organização social indicada por Schmidt e verificada por nós: patrilinearidade a residência patrilocal, com as unidades locais centradas numa linha de germanos do sexo masculino, com prevalência do irmão mais velho. Além disso, as poucas informações sobre a terminologia do parentesco Guató (Schmidt e Palácio)parecem também indicar a necessidade

destes três grupos locais para sedimentar uma estrutura de alianças matrimoniais (1).

Durante nosso levantamento, encontramos este três locais ainda ocupados por Guató. São cinco unidades familiares na lagoa Uberaba: uma unidade no Caracará (locais efetivamente visitados) e obtivemos informações sobre o número incerto de famílias Guató no São Lourenço e alto Paraguai (Rio Alegre e Porto Conceição).

Nos locais levantados, pudemos observar um esboço da antiga organização social ainda operante: na lagoa Uberaba, o grupo de germanos com liderança efetiva dos mais velhos ainda prevalece; a regra de residência na geração dominante alterou-se, posto que os homens são de fora (brasileiros casados com mulheres Guató). Na geração de baixo, a regra de residência volta a ser patrilocal (vide genealogias no anexo).

Ninguém neste grupo faz hoje da língua Guató. A velha zulmiral que teve como língua materna – esqueceu – a, “porque não tem com quem falar”.

Como ao tempo de Schmidt, a comunicação entre em grupos locais só é feita durante as cheias, após o plantio das roças. Porém, hoje em dia estes contatos são raríssimos; em geral ninguém é capaz de fazer a firma com certeza o paradeiro dos “parentes”; respondendo à indagação que fazíamos a este respeito com uma vaga “devem estar no São Lourenço...”.

## 2. Um pouco de História

em 1901, quando da primeira passagem de Schmidt pelos Guató, ele recenseou 46 índios na Ilha Insua; acrescenta ainda que “a maioria dos 28 indivíduos encontrados por Koslowsky no alto Paraguai, de acordo com o que me assegurou um Guató daquela região, foi dizimada pela varíola que grassou recentemente por aí. Isso (a varíola) também deve ter diminuído o número de índios residentes na colina de Caracará, conforme depoimento. Além disso devem morar duas famílias no baixo São Lourenço”(op.cit:138).

As doenças trazidas pelos colonizadores com certeza deve ter afetado muito mais aos homens Guató do que as mulheres - visto que o contato com os brasileiros era exclusivo dos homens. Tal fato deve ter forçado, já no tempo de Schmidt, muitos casamentos de mulheres Guató com os colonizadores “principalmente fora da região em companhia de homens brasileiros” (idem:28).

Os contatos colonizadores/Guató se intensificaram a partir da última década do século XIX quando, com o advento da República, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados Federados para a sua comercialização. Os imensos latifúndios pantaneiros – concedidos por carta de sesmarias – já haviam por uma reestruturação fundiária após a guerra do Paraguai (1864/1870) – quando todos os fazendeiros instalados no Pantanal fugiram para Cuiabá escapando das tropas paraguaias.

Com o retorno destes proprietários após o conflito, as terras foram partilhadas entre os herdeiros ou então vendidas. Entre os rios Paraguai e o Cuiabá/São Lourenço, por exemplo, o imenso latifúndio do “major” Metelo (fazenda Alegre

com 690.000 ha) fora vendida à empresa Brazil Land Cattle and Packing – um consórcio anglo-argentino de carne de charque cuja unidade de processamento ficava em Descalvado margem direita do alto Paraguai. As terras deste latifúndio abrangiam os territórios Guató de Uberaba/Guaíba (ilha Insua) Na década de 1930 este latifúndio foi transferido para o domínio da União (após a passagem pela região da coluna Prestes e com a instalação da ditadura Getulista). O então superintendente do Domínio da União (Cel. Costa Neto) subdividiu, posteriormente, a parte ribeirinha do latifúndio em lotes de cerca de 36.000 ha cada, “duas léguas de testada para o rio por cinco léguas de fundo” (Valverde, 1972:106-110). A ilha ficou de fora desta partilha e venda, permanecendo como domínio da União – como veremos adiante.

Até década de 1920, os Guató mantinham relações com aquelas fazendas mediante a troca de serviços (mão-de-obra) pelas mercadorias que, com o contato, passaram a necessitar (sobretudo o “fumo, camisas, calças, panos de vestidos, tecidos de mosqueteiro, faca e pontas de zagaia ”segundo Schmidt). Esta troca processava-se através dos filhos do Guató que”... quando já crescidos (eram enviados) ao serviço dos brasileiros”(Schmidt, op. cit:259). Porém esta modalidade de relação sempre apresentou problemas pois o Guató, pouco afeito ao trabalho agrícola ou pecuário continuado, sempre retornava aos seus domicílios – principalmente na época das cheias (das festa de Chicha do acuri) – ficando devendo para o “patrão”. “Caçando” por este, o Guató em débito tinha de refugiar-se nas baías e lagoas (idem; ibidem).

A via mais fácil para os Guató de acesso aos bens dos brasileiro porém era através do comércio de peles de animais (de capivara, jacaré e onça). As povoações de Amolar, Dourados e Acurizal foram alvo exclusivo destas expedições comerciais dos Guató durante certo período. Com a valorização das peles, comerciantes de Corumbá(sobretudo sírio –libaneses) passaram – na década de 1940 – a realizar sistematicamente este comércio através de lanchas abarrotadas de mercadorias. Eram os “coureiros”. Estes regatões pantaneiros conseguiram acumular fortunas com a mercadoria a supervalorizada que trocavam pelos couros, que eram exportados com diferença variável de 500 a 1000% em relação ao seu preço de aquisição. Parte dessa riqueza assim acumulada foi posteriormente aplicada na comprar de fazendas no pantanal (está é também a história da família Gataz – “proprietária” até 1973 da Ilha Insua e responsável pela expulsão da maioria dos Guató de seu território tradicional).

## II – A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA ILHA INSUA

### 1.A HISTORIA DE SUA COLONIZAÇÃO

No início dos anos 1920, um ex-gerente da fazenda Acurizal – o mirandense Eulálio Soares, o Xoló – fez sua morada na Ilha dos Guató, acima da Lagoa Guaíba. Desmatou, plantou roça e capim e abriu um porto para embarque do gado da região de Uberaba, chamando-o Porto Bela Vista. Posteriormente Instalou-se ao lado de Xoló, no porto, o cidadão Inocência da Rocha que ali

abriu um "bolicho" (venda) para a compra de couro. Este ponto funcionava como um entreposto de armazenagem dos couros, que depois eram negociados com as lanchas dos "coureiros" Miguel e Henrique Gataz, de Corumbá que há alguns anos vinham fazendo este comércio pelo rio Paraguai.

Tanto Inocêncio como Xoló mantinham boas relações com os Guató (Xoló casou-se com a mulher Guató em segunda núpcias – Ana – gerando dois filhos, mortos antes de procriarem). O criador de gado e o comerciante viviam em harmonia – até que os Gataz também entraram na disputa pela posse a Ilha. Um filho de Miguel Gataz, "Zé Grande", montou um outro porto de desembarque que de gado na Guaíba (porto-alegre), provocando a disputa que seria levada a juízo em Cáceres. Para pagar seus advogados Xoló teve que desfazer-se praticamente de todo seu gado( que, segundo seu neto Zequinha, chegava a mais de 600 cabeças).

O dinheiro e a influência política dos Gataz conduziram o processo a seu favor. Xoló, derrotado, teve que abandonar a Ilha, vendendo sua benfeitorias ao "Zé Grande". Dois de seus netos , porém, permanecem na Ilha até hoje, casados com mulheres Guató.

A partir dos anos 1945/50 como o domínio total e sem contestações dos Gataz sobre a Ilha, começou o período de terror para os Guató. A criação extensiva de gado do Gataz invadia as poucas roças dos índios ( que não tinham como cerca-los), ao mesmo tempo em que, do seu porto na Bela Vista, não permitia o comércio das peles com gente de fora, monopolizando este comércio. O êxodo das famílias Guató começaria por esta época e seria agravado com a proibição do comércio de peles; antes os Guató eram ainda tolerados porque eram fornecedores de pele. Com a interrupção e repressão a este comércio pelo antigo INAMB, teria início a decadência também dos Gataz. Em 1950, o exército – considerando o lugar estratégico para vigilância da Fronteira Brasil e Bolívia, estabelecerá um destacamento na Ilha, ao lado da sede da fazenda Bela Vista.

Com a morte de Miguel Gataz, o controle da Ilha passaria a seu genro, Milton Pessoa, comerciante estabelecido em Corumbá.

Todos os descendentes de Guató hoje residindo em Corumbá e Cáceres são unânimes ao afirmarem que saíram da ilha forçados pelo fazendeiro (vide as entrevista no anexo). Nesta época, os Guató não tiveram no exército o aliado necessário; ao contrário, a influência política dos Gataz se fazia sentir também no comando militar.

No final dos anos 60, a União entrou em demanda judicial contra Milton Pessoa, demanda esta decida através do acórdão proferido pelo SupremoTribunal Federal em 04.04.1973 na Ação Civil Originária nº. 132 em favor da União. Mas o ganho da causa da pela União não diminui em nada a perseguição aos Guató feita pelo fazendeiro – pois o Exército arredou parte da Ilha a Milton Pessoa. Ainda em 1979 – após a passagem a primeira equipe da FUNAI pela Ilha – o capataz de nome Jerônimo ameaçou as últimas famílias

Guató que ainda resistiam na lagoa Uberaba; convocou a todos para uma reunião oferecendo-lhes duas alternativas; ou trabalhassem para ele ou saíssem. Nesta ocasião os índios tiveram apoio do comandante do destacamento do exército, que permitiu-lhes permanecer na Uberaba.

A partir de 1980, com destacamento instalado em Porto Índio (entre os lagos Guaíba e Uberaba, no canal Pedro II), o exército passou a ter o controle total sobre a ilha e seus moradores. Apesar de não permitir o retorno das famílias expulsas, as cinco famílias remanescentes na Uberaba têm no destacamento um pequeno apoio na área de saúde, na alfabetização das suas crianças e no transporte (via aeronaves da FAB que prestam apoio ao destacamento). Os bens industrializados de que necessitam, os homens Guató trocam com os soldados por produtos agrícolas (banana, mandioca e milho), carne de caça, pescando ou frutas silvestres. Dependendo do comandante do destacamento (um sargento do 17º. Batalhão de Caçadores de Corumbá) – se mais ou menos alinhados aos interesses de fazendeiro arrendatário ou aos Guató – aquele militar intervém na disputas ora defendendo um ora outros.

## 2. A Fazenda Bela Vista

Durante nossa permanência na Ilha (e na fazenda) pudemos sentir que as relações entre o atual comandante e o responsável pela fazenda (Carlos Pessoa, filho do falecido Milton) é, no mínimo, tensa. Ambos desconhecem os detalhes de pendências entre a União e o Gataz; Carlos garante – equivocadamente, que parte da ilha está em poder de sua família e o sargento não conhece os termos do contrato de arrendamento (quer conhecer para ver, por exemplo, se ele pode proibir o fazendeiro de tirar madeira).

A decadência da fazenda é visível. Conta hoje com um plantel de 120 cabeças apenas, criadas soltas nas capoeiras, onde o colônio plantado por Xoló resistiu. Até a enchente de 1974, no período das secas, era possível a pastagem nos campos da Guaíba. Depois daquela enchente, as águas da lagoa não vazaram mais, cobrindo definitivamente as pastagens naturais da Bela Vista. O mesmo sucedeu na Lagoa Uberaba cortando outra fonte de renda dos Gataz/Pessoa na Bela Vista; o embarcadouro do gado das fazendas situadas ao norte de Uberaba no porte Alegre. Antes da enchente esse gado atravessava o Uberaba a pé, 9 na seca) para ser embarcado na Bela Vista.

A norma consuetudinária era a seguinte; o dono do embarcadouro arrendava o pasto onde o gado deveria permanecer até ser embarcado; o gado fugido ("baguá") ou nascido neste período ficava para o proprietário dos pastos; antes de 1974 o movimento no porto Alegre era grande, aumentando as rendas de Milton Pessoa – só a fazenda Uberaba, de Tião Maia, embarcava ali anualmente mais de 1.000 cabeças. E com base neste contrato oral que Carlos Pessoa arroga-se hoje o direito de cobrar dos soldados os "baguá" que porventura matam – e que é um ponto de tensão nas relações entre os destacamento e o fazendeiro (pois o Exército não mantém gado algum ali). Os soldados reclamam também da "sovinisse" aguda do fazendeiro – não cede nenhum copo de leite para as crianças dos soldados, seus vizinhos do Sub-

destacamento de Bela Vista a além do alto preço cobrado por ele no seu "bolicho". A carne que consomem no destacamento vem da Bolívia.

### III – ASPECTOS DA SITUAÇÃO SOCIO-ECONOMICAS NA REGIÃO LACUSTRE GUAÍBA/UBERABA

A proibição do comércio de couro e a repressão desencadeada pela floresta aos "coureiros" esvaziou econômica e demograficamente todo o alto Paraguai, forçando a urbanização e o conseqüente "indaço" dos bairros periféricos de Corumbá e Cáceres. Os fazendeiros da região tiveram esta fonte de renda extra cortada, diminuindo os investimentos que faziam em suas propriedades com aquela renda. Se os proprietários sentiram o golpe nos seus bolsos, os ribeirinhos ( e os Guató) o sentiram nos seus corpos: a repressão brutal desencadeada pela "florestal"- e confirmada a nós por oficiais e sargentos da Marinha – aterrorizou – os de tal modo que tiveram de deixar a beira do rio. Bastava ser ribeirinho para, aos olhos dessa polícia, ser suspeito; não importava se matava para comer ou não - os espancamentos e as ameaças de morte passaram a ser uma constante ao longo do rio, Curixos e baias.

As condições sócio-econômicas dos Guató alteraram-se profundamente a partir da proibição. Sem tradição hortícola.

(2) – Os Guató só limpavam as bananas dos aterros – tiveram que diminuir a circulação de suas canoas com medo da "florestal". Os nacionais que desposaram mulheres Guató passaram a cultivar Milho, feijão e mandioca, na ilha. Os bens industrializados e/ou processados pelos brasileiros (sal, fumo, roupas e mate) tornaram-se de difícil acesso restritos agora ao comércio com pescadores profissionais que porventura chegam até as lagoas Guaíba/Uberaba, ou à troca com os soldados de destacamento. Mas sem dúvida, na ilha, as condições de vida são melhores do que aquelas reinantes na periferia de Corumbá ou Cáceres. Mas mesmo assim, o êxodo das gerações mais jovens dos atuais residentes da ilha para os centros urbanos é grande. Os jovens, de ambos os sexos, depois dos 15 anos vão para as cidades; os pais afirmam que é ou para estudar ou "procurar outra condição de vida". As mocinhas em geral vão ser empregadas domésticas dos soldados do destacamento de Porto Índio (entre troca de hospedagem e estudo). Neste período acabam casando e esquecendo a Ilha. Muitos chefes-de-Família não sabem onde estão e o que fazem muitos de seus filhos , principalmente os homens( alegam que os filhos não têm meios para os visitarem na Ilha). O resultado é que não ocorreu nenhum casamento na Ilha nos últimos 10 anos. Manoel Dinho por exemplo, pediu sua mulher há 5 anos; ele mesmo reconhece que jamais arrumará outra. Os dois irmãos Guató que residem no morro Caracará nunca se casaram: dizem que as mulheres Guató "acabaram"(casando-se com brasileiros) e as brasileiras não os querem (por serem "bugres").

O exército, através dos destacamento de Porto Índio presta alguma assistência para os residente da Uberaba (há 3 horas de canoa do destacamento). No Caracará (reserva biológica do IBAMA) o grupo Guató ali residente falante entre si do dialeto indígena – recebem eventualmente algum tipo de assistência (vacinação) quando a Marinha executa este serviço junto aos ribeirinhos.

A única reclamação ouvida por nós dos residentes da ilha Insua foi quanto a entrada de pescadores profissionais na Uberaba; afirmam que a destruição do pescado é grande pois é depois de morto que é o peixe medido; aquele que não “passa na medida” é simplesmente jogado fora. O Sr. Zequinha nos disse que e só uma equipe de pescadores, no ano passado, jogou fora duas toneladas de pacú. A lagoa Uberaba – por ter água limpa – é um verdadeiro criatórios dos pacús; além disso os exemplares fêmeas desta espécie que pagamos (no final de janeiro) ainda estavam com ovos. A SEMA/MS proíbe a pesca até 31 de janeiro; mas os índios garantem que , na Uberaba a desova vai até março.

O poder de fiscalização do Exército é limitado ( o destacamento não possui motor nem “voadeira”) e os pescadores podem entrar pelo norte da Ilha, por um braço do Canal Pedro II..

### III. CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 1.ALTERNATIVA PARA O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TERRITORIAIS DOS GUATÓ: RECOMENDAÇÕES

Os dois relatórios anteriores elaborados por antropólogos da FUNAI (cruvinel, 1977 e Cardoso, 1984) já garantem a aplicação do art 231 parágrafo primeiro da Constituição (\*) – pois a exemplo do que aqui fizemos constataram a continuidade de ocupação indígena na região das lagoas Guaíba/Uberaba (Ilha Insua) e no Caracará.

A ilha Insua (ou Bela Vista do Norte) é, como vimos, domínio da União estando hoje jurisdicionada ao Ministério do Exército, formalmente desde 1983 (vide doc. Em anexo()); a região do Caracará é uma reserva biológica – sob controle do IBAMA/MT – também jurisdição federal portanto.

Acreditamos, que, antes de se recorrer à via judicial para o reconhecimento dos direitos territoriais dos Guató sobre a Ilha Insua, deve ser tentada a negociação com o Ministério do Exército (e o IBAMA) para facultar o retorno dos Guató, que assim o desejarem, para a Ilha (ou para o Caracará).

Tal negociação deveria resultar em um convênio entre FUNAI/Exército com a Interveniência da SEMA/MS que contemplasse as reivindicações dos Guató (liberdade para a caça e a pesca visando a subsistência; liberdade de ir-e-vir; assistência escola e da saúde) sem que o Exército devesse abrir mão de sua

jurisdição sobre a ilha. O mesmo deveria ser feito com o IBAMA (para o Caracará).

Estes convênios deveriam delimitar a participação de cada órgão federal no resguardo da área e quanto a assistência que seria dada aos Guató.

A FUNAI, o CEDIN/MS e o líder Severo Ferreira ficaram com a incumbência de verificar e selecionar as famílias Guató que estão em Corumbá e Cáceres e que desejassem voltar para a ilha.

Quando ao Caracará, a situação é diversa – pois sua ocupação depende da estrutura das relações pessoais entre os Guató do São Lourenço. Para estas famílias (Caracará/São Lourenço) e aqueles do alto Paraguai, a FUNAI deveria estabelecer um esquema de assistência itinerante.

Consideramos ainda que o contato inicial com o Exército deveria ser feito através do Ministério da Justiça com Estado Maior das Forças Armadas, pois tanto a Marinha quanto a Aeronáutica participam, em princípio, do contato com os Habitantes da Ilha Insua (soldado e índios).

Para termos um quadro mais seguro quanto a situação dos Guató no São Lourenço e alto Paraguai, a equipe precisaria realizar ainda neste semestre nova viagem para a região citada. Portanto, solicitamos da superintênica da FUNAI em Cuiabá que entre em contato com a Marinha (6º. distrito Naval) para viabilizar a expedição. O comandante daquele Distrito naval já colocou à nossa disposição nova embarcação para tal fim.

E, por fim, recomendamos que a FUNAI e CEDIN mantenham contatos com a SEMA/MS e a Secretaria de Segurança Pública a fim de por fim à perseguição da "floresta" aos Guató, regularizando a situação destes índios perante aqueles órgão.

Gilberto Azanha

Centro de Trabalho Indigenista

Fevereiro de 1991

## Notas

(1). Para ego masculino, os filhos do irmão do pai e do irmão da mãe são também irmãos [FB=MB=F]; ao contrário, as filhas do irmão do pai e da irmã são "esposas" potenciais. Para ego feminino, a situação inverte-se. Se os dados de terminologia apresentados por Schmidt estão corretos, então o grupo de germanos teriam um mesmo destino matrimonial, disputando suas primas bilaterais nos mesmos grupos. Dai a disputa exagerada entre eles, constatada por Schmidt e Koslowsky – ciúmes das mulheres levando a brigas por vezes fratricidas, sobretudo durante as bebedeiras do cururú (Schmidt, idem:116 e 256).

(2). Como é sabido desde Schmidt, não foram os Guató os construtores dos famosos "Aterros" – feitos com conchas e ossos e cobertos por uma grande camada de terra fértil – que, elevados, escapam das enchentes. Seus construtores foram os "matsubehe" que deixaram muitos bananais plantados nestes aterros, aproveitados pelos Guató. Cada uma destas colinas artificiais tinha um "dono", identificados pela expressão "aterro do capitão Fernandes", "Aterro do Amâncio" etc...

### Bibliografia Citada

Castelnau, Francis de – [1851], 1949 – Expedições às Regiões Centrais do Sul – Cia Editora Nacional, SP

Correa Filho, Virgílio – 1922, Mato Grosso – Tip. Jornal do Comércio, RJ.

Cardoso, Paulo Alves – 1984, Relatório Guató – dat., FUNAI.

Cruvinel, Noraldino – 1978, Relatório Guató – dat., FUNAI

Ramires, Mário - 1988, "A Volta de Maguató", in MS cultura nº7, campo Grande

Schmidt, Max – 1942, Estudos de Etnologia Brasileira Brasileira, vol.2, cia Editora Nacional, SP.

Valverde, Orlando – 1972, "Aspectos Geográficas do Planejamento ... do município de Corumbá" – Rev.BRS.de Geografia, nº 1, ano 34

## **5.2. Monitoramento e análise do grau de implantação, efetividade e representatividade das áreas protegidas existentes (Unidades de Conservação, Terras Indígenas e outras áreas de interesse) e das áreas identificadas como prioritárias para a biodiversidade na Amazônia e na Mata Atlântica.**

As terras indígenas representam cerca de 12% da extensão do território brasileiro, e as unidades de conservação representam cerca de 4% e dispõem de recursos naturais extremamente representativos para a formulação de políticas integradas de conservação e de uso sustentável. No entanto, as informações oficiais sobre a situação das Terras Indígenas e Unidades de Conservação são precárias e demandam monitoramento independente. O monitoramento através do SIS possibilita identificar, em tempo real, as sobreposições entre terras públicas destinadas a diferentes finalidades.

Procura-se, desta maneira, fornecer uma base de informações qualificadas sobre a situação das Terras Indígenas, das Unidades de Conservação de âmbito federal e estadual e de outras áreas de interesses coletivos, englobando a situação demográfica e os interesses econômicos privados e estatais que afetam tais terras, para facilitar análises e intervenções, e orientar a opinião pública, outras organizações e setores interessados em políticas socioambientais.

**Os resultados do Seminário de Macapá sobre a Biodiversidade na Amazônia, que contou com a participação de mais de 216 estudiosos das áreas biológicas e sociais, identificaram 378 áreas prioritárias para a biodiversidade da região. Grande número dessas áreas incidem em terras protegidas. O Workshop sobre a Mata Atlântica também identificou as áreas prioritárias**